



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

FRONTEIRAS E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DA
POROSIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL

Antonio Carlos da Silva Oscar Júnior (UFRJ) - thony.oscar@gmail.com

Bacharelado do Departamento de Geografia da UFRJ

Amanda Figueira Gatto (UFRJ) - amandafgatto@gmail.com

Bacharelado do Departamento de Geografia da UFRJ

Breno Viana Dias Monteiro (UFRJ) - brenovdias@gmail.com

Bacharelado do Departamento de Geografia da UFRJ

Luiza Villela Garcia Moura (UFRJ) - luiza_villela@yahoo.com.br

Bacharelado do Departamento de Geografia da UFRJ

Fronteiras E Geopolítica Brasileira: Contribuição À Compreensão Da Porosidade Do Território Nacional

Resumo: A discussão sobre fronteiras é imprescindível já que elas incorporam uma das mais conhecidas relações entre o Estado e o Território e as relações de poder aí inerentes. Tanto na grande fase do Estado-Nação, territorialmente definido e soberano, quanto hoje, frente à tendência ao esvaziamento deste, estes são estudos de grande importância à geopolítica e de valiosa contribuição à Segurança e Desenvolvimento Nacional. Dessa maneira justifica-se a necessidade de perseverança na produção desse tipo de conhecimento à medida que seus velhos significados saem de cena abrindo espaço às forças econômicas que pouco tem respeitado os rígidos limites fronteiriços, construindo paulatinamente territórios porosos e com uma desconstrução e reorganização das formas de poder. Concomitante a esse processo, não coincidentemente, aumenta as tensões sociais. Esse trabalho tem como objetivo mostrar como a geopolítica brasileira tem tratado a questão fronteiriça como estratégia de analisar as novas dinâmicas presentes no território brasileiro: a questão dos brasiguaios, a Amazônia azul e recentemente a situação de quase guerra vivenciada pela população do Rio de Janeiro. Todas essas questões mostram que as fronteiras continuam sendo um importante parâmetro a ser considerado na gestão do território nacional.

Palavras-chave: Fronteiras, Geopolítica, Dinâmicas Espaciais, Gestão do Território.

1. Desenhando as Fronteiras Brasileiras: Dos Limites Territoriais ao Apropriação Marinho

Ratzel advoga que "a fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre as quais um movimento orgânico é obrigado a parar." (RATZEL *apud* MARTIN, 1992, pp. 14), nesse sentido, merece salientar uma breve diferenciação entre fronteira e limite. Segundo MARTIN (1992), fronteira é expressa por uma faixa do território, podendo assim ser habitada; é "(...) o espaço que separa "dois povos". Nesse caso se trata de um recorte de natureza horizontal." (MARTIN, 1992, pp. 12). Já Limite é expressa pela linha que demarca o território, não podendo ser habitada.

Ambos de grande valia à geopolítica e à geografia política permeiam questões inerentes e de extrema importância a gestão territorial, uma vez que são parâmetros e elementos do território e como tal transmitem por excelência uma relação de poder, afinal o território deve ser visto como uma área natural sobre a qual um dado "poder" projeta a ocupação dessa área e a transforma em função da sua afirmação de domínio. Assim, a característica fundamental do território não é a área natural, mas a existência de um poder de dominação sobre essa área.

Nesse sentido SOUZA (2008) defende que: "O território, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...)" (SOUZA, 2008, pp.: 78).

Assim discutir fronteiras e limites significa discutir relações de poder tanto em âmbito intra quanto supranacional. E às fronteiras pela ruptura que as define, tanto espacial quanto temporal, são privilegiadas nessa discussão, afinal:

"As fronteiras (...) são os contornos de conjuntos de natureza e tipos dos mais diversos: construções geopolíticas datadas, multiescalares, multifuncionais – limites políticos, fiscais, muitas vezes lingüístico, militares... elas serão abortadas também, distinguindo-se as questões externas – relações internacionais de proximidade entre estados, relações entre etnias – Ou geopolítica externa; as questões internas; efeitos internos dos traçados processos de construção nacional ou regional." (COSTA, 1992, pp.: 295).

Tendo em mente a avaliação de COSTA (1992), de que a geopolítica brasileira, e de uma forma geral de toda a América Latina, fôra importada da Europa, ajudaria a explicar a falta de tradição brasileira nesse tipo de produção, afastando o tema das discussões acadêmicas, o que ajuda no atraso verificado pelo autor nos seus aspectos teóricos, técnicos e culturais, conferindo assim à nossa geopolítica e a forma de tratar as fronteiras uma característica mais pragmática por ligar-se aos assuntos de Estado (COSTA, 2008).

Podemos assim avaliar que as formas adotadas para gerir o território brasileiro e em particular a questão fronteiriça têm uma fonte exógena, com forte aproximação à lógica da geopolítica continental de Mackinder e também à lógica naval de Mahan, e é exatamente essa característica que embasam as críticas de grande parte dos ligados ao tema no Brasil.

Segundo a lógica de Mackinder para deter a hegemonia mundial do que ele chamada de "ilha mundo", teria que se conseguir o controle da atual Europa Oriental, afinal segundo ele,

dentro do velho mundo (Europa e Ásia), essa era uma região historicamente marcada por conflitos, então quem tivesse seu controle conquistaria destaque mundial. Isso influenciou a geopolítica brasileira à medida que fomentou idéias de ocupação da Bolívia e Paraguai, seguindo a orientação de que estes seriam o “heartland” da América Sul, por se tratar de áreas de transição dos 2 principais antagonismos presentes nesse continente, então conquistar essas áreas era garantir a hegemonia e conter o avanço Argentino.

Já na lógica do almirante Maham os oceanos seriam a chave para se atingir a hegemonia global, ou seja, destaca se a necessidade do controle das rotas marítimas, que segundo ele eram verdadeiras “veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional”.

É com base nessas duas principais lógicas que os estrategistas políticos e geopolíticos, principalmente os militares, comandam a formação do território brasileiro tanto na porção continental quanto na tão importante Amazônia Azul que acresceu 52% do território brasileiro.

O período da independência brasileira até a consolidação do Estado nacional é marcado pela herança geopolítica da coroa portuguesa, expressa no controle da foz do Rio do Amazonas e do curso de seus afluentes principais e na defesa da livre-navegação dos rios da Bacia da Prata e inclusive com a breve posse da Província Cisplatina (ANDRADE, 2001), baseada por tanto na lógica imperialista expressa pela necessidade de grandes extensões territoriais como símbolo de hegemonia e poder.

É dessa herança que se conforma o território brasileiro quase como o conhecemos hoje, verdadeiras heranças das tensões e acordos da geopolítica ibérica. Dá se destaque aos Tratados de Tordesilhas (1494), Tratado de Madri (1750) e Tratado de Santo Idelfonso (1777), que representam bem a empreitada portuguesa no sentido de apropriar se do quanto fosse possível de terras na “nova terra”.

Estes ao transpor os limites brasileiros à Oeste foram igualmente reconfigurando as fronteiras brasileiras, além dessas destaca-se também a Guerra do Paraguai no Império, que defendeu o território brasileiro frente à ameaça de Solano Lopez e ainda a disputa do Oiapoque com as Guianas. Finalmente diante do interesse econômico do extrativismo seringueiro, e consequente assentamento de brasileiros nas terras bolivianas, após batalhas e negociações em 1903, com o Tratado de Petrópolis, se anexa ao território brasileiro o estado do Acre, desenhando-se então os limites e fronteiras do Brasil de hoje.

Atualmente,

“O dinamismo econômico esta, de algum modo, substituindo o dinamismo político e isto cria um fenômeno de turbulência no jogo de investimentos industriais, das empresas agrícolas e de movimentos pendulares. Desde então, a fronteira econômica, deslocada da fronteira política, determina uma zona que tem dado certa atualidade a concepção alemã de fronteira, isto é, aquela saída das idéias ratzelianas... Não se trata de problemas de fronteiras, mas de problemas fronteirços, zonas de articulação ou de tensão.” (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974 *apud* COSTA, 1992, p. 292).

Portanto as clássicas definições são pouco úteis quando se trata de aplicá-los às situações geopolíticas atuais, principalmente naquelas encontradas em varias regiões do terceiro mundo, por exemplo, onde estas têm um caráter exógeno de definição e estabelecimento, argumento esse que seria usado para explicar o tensionamento existente nessas regiões, e é esse caráter que faz com que haja necessidade de verificar cada fronteira em sua singularidade (COSTA, 1992)

A antonímia que vivemos hoje ajuda nesse aspecto, afinal temos de um lado a nação com um caráter nacional e de outro uma nação como produto histórico, derivado de um projeto cultural e político e que na avaliação de COSTA (1992) para a geografia política atual isso tem sido fatos empíricos mais ou menos relevantes, reconhecidos mais como um fator na consideração dos problemas das fronteiras ou da organização interna dos Estados-territórios, o que configura um problema já que as nacionalidades modernas tendem a transformar valores culturais em movimentos políticos.

Percebe-se então a importância do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território, ou seja, a territorialidade (LITTLE, 2002).

Portanto estabelece-se uma correlação explícita entre as fronteiras e os grupos sociais que modelam e a toma como seu território. Durante grande parte da história brasileira apesar de geopolítica e geoestrategicamente importantes à defesa e à segurança nacional, a região de fronteiras foi tratada apenas como uma zona política, deixando de lado o conteúdo social que ela manifestava, sendo marcada então por um abandono histórico que faz florescer situações de injustiça social e marcam profundas desigualdades.

Nesse sentido merece destaque o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) no Brasil, inicialmente uma empreitada no sentido de resguardar de possíveis ameaças a “linha de tensão máxima no campo sul-americano”, a fronteira viva com Uruguai.

Atualmente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retoma o programa no contexto do Plano Brasil Para Todos, que por vez tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira por meio da estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e com articulação com outros países da America do Sul, principalmente no que diz respeito às cidades gêmeas (GADELHA e COSTA, 2005, p.: 44).

Com a nova conformação política e econômica global, e a consequente importância do fortalecimento de blocos regionais para uma inserção competitiva no mercado mundial, dado que, em função de características comuns e necessidade de desenvolvimento articulado, configuram-se pontos estratégicos para coalizão e fortalecimento da integração dos países, confere a esse programa então um caráter estratégico para a geopolítica externa brasileira, assim como para as necessidades internas de diminuição das desigualdades.

As fronteiras marinhas têm sua importância destacadamente econômica nesse momento em que VESENTINI (2004) indica a aproximação da geopolítica com a geoeconomia, se

submetendo então a lógica do mercado. As recentes descobertas do pré-sal, a importante extração petrolífera realizada em alto mar, e também a permanência ainda hoje dos oceanos como “veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional”, afinal como nos mostra ARROYO (2004) quando se consideram as trocas comerciais internacionais brasileiras atuais, ainda há um peso significativo os fluxos marítimos, reafirmam a importância dessa faixa.

Assim vemos empreitadas militares brasileiras sendo deflagradas recentemente. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (2008), a Marinha brasileira deverá se fazer presente na negação do uso do mar territorial às forças inimigas, na faixa de adensamento industrial de Santos a Vitória, na foz do Amazonas e nas grandes bacias do Amazonas e do Paraguai, isso se deve principalmente por alguns países, como os Estados Unidos, não reconhecerem oficialmente o pertencimento dessa faixa marítima ao Brasil, como: “toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção” (CARVALHO, 2007, pp. 13), justificasse essa empreitada.

Como se percebe, na política de defesa brasileira do século XXI há apenas uma retomada dos limites regionais da projeção de poder naval imaginados pelos geopolíticos oficiais diante da condição periférica brasileira no ocidente, auxiliadas também pela geopolítica de aproximação com a África Subsaariana.

Já em âmbito continental assume-se a íntima relação com a ocupação do solo, ao fortalecimento da cidadania, às condições da população, que deve estar livre de ameaças das mais diversas naturezas. O acesso ao trabalho e a sustentabilidade da permanência da população na faixa de fronteira passam a serem preocupações importantes da regionalização da economia e da exploração das diversidades e potencialidades locais, confundindo-se assim, com a segurança nacional defendida pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes (2005).

2. A Geopolítica Brasileira: Do Estado Novo ao Estrategismo Militar – O Mito do Brasil Potência.

Entre as décadas de 1930 e 1960, emerge uma geopolítica brasileira, produzida por um seleto grupo intelectual ligado às elites econômicas e políticas, articulada ou até mesmo baseada no setor militar. Daí surgem as principais referências em relação à temática. Com a redemocratização em meados de 1980, esse grupo geopolítico vê diminuído seu poder de influência na política externa, mas ainda continua participando ativamente das políticas de defesa, especialmente através da Escola Superior de Guerra (ESG), embora essa devesse ser composta por especialistas civis e políticos.

A consolidação do regime republicano e a estabilização dos limites fronteiriços do país haviam representado o sepultamento da política externa agressiva de cunho expansionista, mas a questão da integração nacional continuava dentre as preocupações principais dos geopolíticos

brasileiros, e para além destes, pois permanecem até hoje na questão do desenvolvimento regional e expansão das infraestruturas físicas de integração nacional.

Na questão do fortalecimento militar das fronteiras como estratégia de vivificação das faixas de fronteira esta foi seguida de perto por Estados vizinhos, especialmente a Argentina que até a Guerra das Malvinas mantinha suas forças armadas concentradas nas proximidades das fronteiras brasileiras.

Essa rivalidade entre Brasil e Argentina e seus projetos de satelitização dos Estados platinos de menor dimensão territorial são reflexos das disputas geopolíticas de desde as coroas de castelha e portuguesa. Mas a geopolítica brasileira também adquiriu seus elementos próprios, e que não se resumem apenas à continuidade do expansionismo territorial e da interferência em assuntos internos dos países da região em período republicano a dentro.

O movimento de fortalecimento das regiões fronteiriças, tanto da militarização dos limites de fronteira quanto do desenvolvimento econômico das regiões periféricas, sempre foi percebido pelos geopolíticos militares brasileiros como etapa indissociável da projeção de poder no subcontinente, inclusive alcançando o convencimento do corpo político da nação no apoio a esta empreitada, e hoje em dia tem um caráter estratégico em função de toda a infraestrutura e desenvolvimentos binacionais.

Como exemplo atual, temos a recente tensão entre Brasil e Bolívia provocada pela importância que o gás boliviano tem hoje na economia e na matriz energética brasileira. Antes da implementação do Gasoduto BRASIL-BOLÍVIA, a produção de gás ocorria apenas em alguns pontos do território brasileiro, como: o Nordeste, o Sudeste – na Bacia de Campos e na Amazônia ao Norte.

Em 1990 amplia-se a demanda do uso de gás para alguns setores como: veicular, residencial e petroquímico, uma tentativa de diversificar a matriz energética do país. Diante disto o país assume o papel de maior consumidor (importador) de gás da América do Sul, graças principalmente a sua crescente utilização no parque industrial, diante disto o Gasoduto Brasil – Bolívia foi uma saída encontrada pelo governo para evitar uma crise energética, já que o país baseava-se principalmente na hidroeletricidade que já tinha dado sinais de insegurança.

A tensão ocorre a partir do momento que o governo boliviano, ao comando de Evo Morales determinou a nacionalização das empresas de petróleo internacionais, que estavam na Bolívia, dentre elas a Petrobrás. O governo do país tomou essa medida, na tentativa “renacionalizar” as refinarias e áreas de produção privatizadas desde a década de 1990, e assim aumentar os lucros no gás.

Desde a geopolítica militar fica clara o interesse nessa área estratégica do cone sul americano que representa o território Boliviano. Para Travassos (1938) é de extrema importância a estruturação de uma política de desenvolvimento do Centro-Oeste e Noroeste para articular as redes de transporte do núcleo industrial brasileiro (Região Sudeste) ao *heartland* continental (Bolívia e Paraguai), e assim garantir ao país a exploração dos recursos minerais e energéticos

sul americanos. Na atualidade, os fundos constitucionais de desenvolvimento regional e o acesso aos recursos energéticos bolivianos (gás natural) e paraguaios (hidroeletricidade) não deixam de representar a realização dessa visão estratégica clássica (ALBUGUERQUE, 2009).

O pensamento conservador sempre tendeu a expressar um conceito de nação associado ao território de forma que, frequentemente, a idéia de unidade nacional confunde-se com a integridade nacional, e daí se explica as inúmeras discussões e atenções dadas pelo governo às tentativas de coesão interna brasileira, que segundo os estrategistas era um país que contava com uma imensidão territorial, um povoamento muito esparço e uma fraca circulação intra-regional, devido principalmente ao seu caráter agrário-exportador.

Essa tradição geopolítica brasileira, segundo COSTA (1992), afasta o país do federalismo tanto criticado por Ratzel, pois segundo ele aquele modelo político favoreceria a desarticulação e a fragmentação territorial de um país, optando assim por um modelo administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional.

É nesse contexto que a criação do IBGE, na Era Vargas, é visto como um empreendedorismo que tende a acabar com os regionalismos desenfreados e conferir unidade territorial através da produção de um conhecimento melhor sistematizado do território brasileiro. Outra grande contribuição dada por Vargas é no que diz respeito ao Plano de Viação, de grande importância para a discussão da tão badalada integração nacional. Tem-se ainda a implementação da Geografia no currículo básico escolar.

O discurso de Vargas *apud* COSTA (1992) reflete esses anseios claramente:

“O imperialismo do Brasil consiste em ampliar suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação de riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficiente, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são o resultado de uma formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, acrescentando-se a sua capacidade de absorção estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado”. (VARGAS, sem data *apud* COSTA, 1992, p.: 193 e 194)

Diante disto observa-se que o estado Novo de Getúlio Vargas é um dos momentos mais importantes para a construção de um todo nacional, pois é aí que o Estado assume o poder de dirigente frente às tendências desagregacionistas, iniciadas na república sob o auspício da crescente municipalização.

Valer lembrar também que o papel das capitais é essencial para os mecanismos promotores da coesão do todo nacional-territorial, e a nova posição da capital seria uma empreitada frente aos desafios da integração interna e as exigências da defesa estratégica em relação ao meio externo. Desde José Bonifácio, defende-se a localização da capital brasileira no

centro de gravidade do sistema geopolítico, e chegou-se a sua localização no Planalto Central, efetivado no governo de Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília, um dos mais importantes passos para a efetivação da interiorização brasileira.

Mais que promover o desenvolvimento e a integração brasileira, a mudança de capital visa sobre tudo impedir o crescimento dos movimentos populares, ao deslocar a sede do poder político de um centro histórico de lutas políticas populares, o Rio de Janeiro.

No âmbito externo o território brasileiro está em posição peculiar no continente sul-americano, marcado por dois antagonismos principais: Atlântico *versus* Pacífico e o da Bacia do Prata *versus* Bacia Amazônica. São esses antagonismos, segundo COSTA (1992) que vão determinar os desdobramentos político expansionistas das áreas de influência dos dois principais países do cone sul, Brasil e Argentina, os quais travam uma inevitável disputa hegemônica, tanto por posições quanto importância econômica, uma continuação então da rivalidade entre ambos os Estados, fato que explica a histórica rivalidade existente entre ambos.

Desde então o controle da Bolívia era fundamental ao Brasil, pois essa era a região pivô do continente, o que outorgaria a ele então o domínio político-econômico sul-americano. Começa-se então uma empreitada nesse sentido através da utilização do rio Madeira e da criação da estrada de Ferro Madeira-Mamoré como forma de controle do avanço argentino na área, o investimento em tecnologia e sua aplicação no SIVAM, representa também o investimento do governo para assegurar a integridade do território brasileiro.

Valoriza-se então uma agenda de atenção estratégica a uma comunicação brasileira que girasse em torno da influência brasileira na porção ocidental do continente, com uma repercussão especial nas áreas de contato ao Sul (Uruguai) e ao Norte (limites setentrionais da Amazônia), ou seja, uma necessidade de desenvolvimento nacional à Oeste. Esse era um discurso que privilegiava não só a unidade interna, mas suas repercussões na geopolítica externa brasileira.

Outro momento de extrema importância a geopolítica externa brasileira, é quando se assume o Brasil como uma importante peça no esquema de defesa da América do Sul, e principalmente do Atlântico Sul, contra eventuais ameaças do grande inimigo ocidental do momento, o comunismo.

Na visão dos geopolíticos norte-americanos, o Brasil e os demais países sul-americanos deveriam assumir regionalmente as tarefas estratégicas do “novo mundo”. E nesse alinhamento com os EUA, o Nordeste brasileiro, seria um dos vértices do triângulo estratégico do Atlântico, possuindo então um papel fundamental nessa estratégia global, ou seja, de defesa do Ocidente, daí a importância estratégica da contenção marinha do Atlântico Sul que se refletiu no “reavivamento” da Marinha brasileira “adormecida” desde o início do século XIX, passado as ameaças britânicas.

Em relação à Amazônia, surge uma crescente preocupação ao tamponamento de suas fronteiras, justamente mantendo a preocupação em conter as ameaças de ocupação pelos

vizinhos amazônicos. Já no outro extremo, o Uruguai, apresenta-se como uma área instável e de tensões históricas, como já havia relatado Travassos, e que esse pode se explicar pelo fato dela ser a única fronteira viva brasileira, sendo identificada por muitos como uma “linha de tensão máxima no campo sul-americano”.

É no nucleamento propício pela expansão do ecúmeno brasileiro que faz surgir essas novas áreas geopolíticas que favorecem a aproximação desta à própria política nacional, de integração e valorização nacional e, principalmente, territorial, enquanto que a estratégia de segurança nacional estaria vinculada a uma geoestratégia, ou seja, sua posição frente às relações internacionais.

O projeto Amazônico era fundamental nesse contexto, voltado claramente à expansão e intensificação da exploração desse território, inclusive com vias de comunicação que conferia a nação brasileira uma projeção no continente sul-americano. Esse é um projeto que segundo Travassos deveria ser visto como uma empreitada sul-americana e sem intervenções externas, afinal esta seria em nome da valorização do continente e de seus aspectos: “Implementado o tratado passará a Amazônia a viver seu destino de terra de contatos. Será a plataforma de conexão com a região platina, com o planalto brasileiro, com as nações andinas e com o grupo de Guianas.” (Tratado de Cooperação Amazônica, 1978 *apud* COSTA, 1992, p.: 219).

E em meio a isso caberia ao Brasil a vitalização de suas fronteiras, criando pólos de irradiação fronteiriças capazes de impulsionar o progresso e a influência brasileira até os limites dos demais países amazônicos. É uma reafirmação da idéia de tamponamento da fronteira amazônica, só que dessa vez contanto com uma operação geopolítico-militar sustentada por um projeto de desenvolvimento econômico territorial de grandes proporções que resultaria na criação de um verdadeiro Brasil - Potência, que segundo MATTOS (1977) é um dos principais objetivos da Revolução de 1964, baseando-se claramente ainda nas idéias clássicas da grande base territorial como símbolo de poder.

Geraldo Filho vai à contramão desse discurso, e faz uma revisão científica crítica dos postulados geopolíticos brasileiros, colocando por terra a idéia de Brasil – Potência, e segundo ele pela fragilidade teórico-metodológica da geopolítica que temos a construção desse verdadeiro mito. Segundo ele o que pode ser considerado é o Brasil como uma potência média, com âmbito estratégico na América do Sul, cujo poder aí lhe confere o status de potência regional.

Em ALBUQUERQUE (2010) isso fica claro quando se avalia o período da Guerra Fria, onde as hipóteses de projeção mundial de poder não foram mais seriamente discutidas pelos geopolíticos brasileiros. Havia, por assim dizer, um “comodismo” quanto à posição de dependência geopolítica brasileira dentro de uma “margem estratégica de tolerância” permitida pelos Estados Unidos (CAVAGNARI, 1999). A própria industrialização parcial e tardia brasileira refletia essa dependência de inversões de capitais e tecnologias externas, compreendida como dádiva da posição de aliado regional preferencial dos Estados Unidos.

Como efeito desse alinhamento, durante o século XX o desenvolvimentismo brasileiro alavancou uma “diplomacia comercial” baseada em uma cesta de produtos industrializados e voltada para países da América Latina, África e Oriente Médio (SILVA, 2004). Efetivamente, o Brasil somente alcançou uma posição global de exportação para commodities minerais e agrícolas, permanecendo um exportador regional para produtos industrializados.

Observando o processo de deslocalização de plantas industriais dos países centrais para países periféricos selecionados, esta estratégia foi batizada de “subimperialista”, por reproduzir em escala regional as estruturas de dependência das quais esses países são vítimas em âmbito mundial (LACOSTE, 1988).

A parceria Brasil – Estados Unidos também serviria para mostrar os limites do projeto de desenvolvimento industrial brasileiro dependente da hegemonia estadunidense (MONIZ BANDEIRA, 1999). Os revezes brasileiros ocorreram principalmente no Oriente Médio e na África, assim, a política comercial e externa brasileira mais autônoma estaria sendo novamente confinada aos limites geográficos da América do Sul.

Mesmo entre os países vizinhos a hegemonia econômica brasileira causa crescentes desconfortos. Afinal, a cooperação regional tem representado o fortalecimento do sistema financeiro e empresarial brasileiro, sem contrapartidas ao desenvolvimento daqueles países. O diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2005) destaca mesmo o retrocesso representado pelo MERCOSUL em relação aos acordos setoriais de complementação econômica, originalmente assinado entre Brasil e Argentina, com o abandono da visão desenvolvimentista e de integração econômica para a adoção de uma agenda puramente comercial.

Não obstante, a agenda diplomática brasileira atual continua refletindo a geopolítica da dependência, preocupada em honrar os compromissos internacionais segundo a concepção de segurança dos países centrais. Nisto é emblemática a ratificação pelo congresso brasileiro, em 1998, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que limitou o programa nuclear militar ao reator a propulsão nuclear para submarinos; inviabilizando, a produção bélica brasileira e de outros países em vias de desenvolvimento.

Mas o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) lançou para 2010 seu o relatório anual, “The Military Balance 2010”, onde consta que os gastos com defesa passaram de US\$1,3 trilhão em 2006 (2,56% do produto global) para US\$1,55 trilhão em 2008 (2,6%), um recorde histórico ocorrido mesmo em meio a quase dois anos de crise econômica global.

O relatório mostra que mesmo atualmente, as estratégias geopolíticas clássicas continuam mais vivas que nunca, formuladas principalmente a partir do centro hegemônico para justificar o contínuo aperfeiçoamento de a estrutura militar mundial, verdadeira fonte de riqueza para os países centrais e de perpetuação das relações centro-periferia na compra de armas pelos últimos.

Vem aí então a crítica de ALBUQUERQUE (2010), que se os países periféricos abandonarem o desenvolvimento desta indústria não se terá um mundo mais justo, senão o

contrário, pois será um fator a mais de debilitamento da balança de pagamentos desses países e de dependência de sua política externa, fortalecendo então a geopolítica da dependência, ao invés do mito do Brasil - Potência outrora defendido.

3. O Mundo Globalizou: Uma Nova Geopolítica Brasileira da Amazônia à África, do MERCOSUL ao BRIC.

A geopolítica tradicional ou clássica entrou em obsolescência diante do temor de uma 3ª Guerra Mundial, e de um holocausto nuclear. A principal crítica ao pensamento geopolítico tradicional se concentrava no belicismo presente nesse momento. Tal qual o determinismo geográfico a geopolítica caiu em desuso, e isso muito atribuído a posição marginal que esta se encontrava das universidades, reflexo do temor à forma como essa vertente do conhecimento tinha sido aplicada.

Só a partir de 1970, a geopolítica retoma sua importância, mas com renovações pragmáticas: ao invés de um grande território, poder bélico e numerosa população no contexto da globalização e do meio-técnico-científico-informacional a grande potência seria aquela que possuísse a tecnologia moderna, com uma força de trabalho qualificada, ao exemplo do Japão, que investia maciçamente em tecnologia e educação e colocará de lado a disputa militar e territorial, despontando então como potência mundial ao contrário da Índia e Paquistão que persistiram com as idéias geopolíticas clássicas, conforme mostra VERSENTINI (2004).

Observa-se então uma substituição da geopolítica do poder militar pela geoeconomia, a lógica da guerra esta agora submetida às regras do comércio, e por isso o estado estaria em uma fase de divisão do seu poder com as organizações multinacionais, a internet e organizações globais mais fortes.

É nesse contexto de substituição pragmática, que se aborda no caso brasileiro a Amazônia Azul, que contém a Zona Econômica Exclusiva brasileira, que obviamente representa uma importante expansão territorial ao Brasil e vis-à-vis uma importância geoestratégica no oceano atlântico, mas sem dúvida o potencial mineralógico e petrolífero e o mais recente o pré-sal, justificam a atenção do governo brasileiro sobre essa área e se traduz no discurso de VIDIGAL (2009):

“O conceito de Amazônia Azul é, portanto, um código nacional, um movimento atual de retorno efetivo ao inexorável destino marítimo brasileiro. Temos a robustez necessária para absorver os vieses da história, sem perder o rumo certo no mar, e precisamos dinamizar a mobilização política nacional para os seus objetivos. [...] É dever sagrado para a nossa geração conhecer e desenvolver as capacidades necessárias para o pleno exercício dos direitos sobre a zona econômica exclusiva e a plataforma continental, que nos cabem, pelos tratados internacionais vigentes.”
(VIDIGAL et al, 2009, p. 15)

Já a Amazônia verde tem historicamente uma importância na interiorização do Brasil para regiões mais distantes, como no Norte, a qual se elege de suma importância para o

desenvolvimento regional e do país, que de acordo com BECKER (1982): O processo de desenvolvimento tem uma dimensão espacial. Sendo preciso atingir áreas mais distantes. Foi preciso planejamento para integrar as áreas do Brasil, integrar as antigas “ilhas” defendidas por Caio Prado Júnior.

Em 1967, houve a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) como expressão da necessidade de integração nacional, voltada prioritariamente para a valorização da região para dessa forma facilitar sua integração com o restante do território.

Deste modo:

“(…) modificou-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente as prioridades políticas de ordem interna e externa. No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico, oferecendo uma solução conjunta para os problemas de tensão demográfica da periferia deprimida e de continuidade do crescimento do ‘centro’. O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como próprio ‘centro’ já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o ‘centro’ perspectivas de novos investimentos, mobilização de novos recursos e absorção de suas manufaturas”. (BECKER, B. 1982, p.: 63).

Contata-se nesse contexto, uma inversão no jogo da competição, ela deixa de ser ideológica, bélica e política passando a uma conquista por mercados, de superar os déficits na balança comercial, a corrida pelas novas tecnologias e seus ganhos monetários, inicia-se outra forma de imperialismo no mundo.

Como destaca LUTTWAY (1992):

“O confronto deixou de ser militar para se tornar econômico. Em última análise, os confrontos militares representam um desperdício de recursos. As competições econômicas são exatamente o contrário. Na competição econômica o mundo não está mais dividido em parceiros e inimigos. O jogo será simultaneamente competitivo e cooperativo. É possível ser amigo e aliado e, no entanto querer vencer.” (LUTTWAY, 1992 *apud* VESENTINI, 2004, p.:33).

Sob essa lógica, segundo VESENTINI (2004) estaríamos vivenciando uma economia global baseada em 4 “is”: investimentos, indústrias, informação e indivíduo, onde o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico estaria sobre os Estados-Regiões, tirando por tanto o Estado-Nação de cena e com ele a noção de fronteiras, barreiras alfandegárias, espaço econômico. Os estados nacionais serviram apenas como empecilhos burocráticos ao desenvolvimento desses Estados-Regiões. Tem-se aí uma reconfiguração do poder, antes sob as bases do binômio Estado-Território, agora no pós-moderno redistribuído principalmente entre os agentes econômicos.

Como aborda VISSSENTINI (2004):

“Para alguns autores o avanço no processo de globalização enfraquece os grandes atores do cenário mundial em especial os Estados, e favorece os atores menores como as regiões, pequenas empresas e o indivíduo. Apesar de ter algo em

comum com a teoria do sistema mundo, esta interpretação é completamente oposta aquela: ele é visto aqui como extremamente positivo, e como garantia da humanidade para um mundo de prosperidade e diminuição do autoritarismo e dos conflitos militares.” (VESSENTINI, 2007, p.:41 e 42).

Segundo os defensores desta idéia, o problema atual segue como causa dos produtos do capitalismo: desigualdades, migrações, injustiça, o que tem ampliado as tensões, principalmente sociais, ao longo do mundo. Porém as críticas a esta são cada vez mais fortes diante do novo imperialismo econômico que muitos autores defendem estar por trás desse mundo globalizado, e, além disto, o resultado do relatório: *The Military Balance 2010*, já mencionado anteriormente, põem abaixo também a teoria dessa nova era não belicista.

Mas é nesse contexto, que retomamos o antigo mito militar do Brasil – Potência e devido alguns passos da política externa brasileira podemos dar certa credibilidade a esse título ao Brasil, obviamente respeitando os contextos e situações que se mostram diferente, inclusive diante da proposta geopolítica e estratégica adotada.

Pode-se exemplificar essa propaganda internacional brasileira em alguns pontos como: a cadeira ocupada pelo Brasil como membro-visitante do conselho de Segurança da ONU, a atuação no Haiti, a expressividade brasileira no MERCOSUL e BRIC e ainda a aproximação política e econômica, durante o governo Lula, com a África Subsaariana.

Em relação a essa aproximação com a África, o que vale ser lembrado a priori é que apesar de o governo atual merecer créditos tanto pela empreitada quanto pela velocidade e interesse com que o laço tem se desenvolvido, esse interesse de estabelecer uma relação harmoniosa e de proveito com os países Africanos da costa Atlântica é de longa data e tem sido desenvolvida em várias frentes buscando, como afirma PENHA (2000) *apud* TEIXEIRA (2010), ampliar a presença brasileira no continente africano, como um substituto às ex-potências coloniais: e projetar o Brasil como nação influente entre os países desenvolvidos.

Segundo SCHUTZER (2010) essa política brasileira e do governo Lula tem como intuito promover um renascimento africano no Brasil para aproximar ambos e resgatar a influência africana na cultura brasileira, até pouco desvalorizada.

Nesse sentido o Brasil propõem relações bilaterais baseadas na confiança e interesse como nos mostra a Agência Brasil (2010): *“É claro que a China, a Índia e os Estados Unidos, como são economias muito competitivas, estão disputando cada metro quadrado aqui [na África]. Então, nós não podemos ficar sentados em uma cadeira de balanço esperando”*. Ao contrário da China que avança na região em prol do neoliberalismo e dos interesses econômicos, o Brasil avança com uma idéia do resgate histórico, onde priorizam se as relações com a região e não os interesses econômicos.

Vê-se então valorizada constantemente a política de relação sul-sul no âmbito bi e multilaterais, e o vínculo dessa relação estabelece-se a um passo tão acelerado, e iniciado principalmente pelas relações educacionais, que atualmente têm-se um Departamento da África

dentro do Itamaraty, dimensionando a magnitude e interesse nesse tipo de estratégia geopolítica brasileira que avança rapidamente ganhando aliados no continente.

Mas o fato é que essa estratégica aproximação tem elevado consideravelmente o intercambio comercial, principalmente, entre a África e o Brasil, e que conta ainda com a expectativa de novos adeptos, observa-se então o viés econômico sob essa empreitada política que tem rendido ao Brasil significativas taxas de exportação.

Observando os dados relativos às trocas comerciais, entre 2002 e 2009 podemos observar o continuo crescimento do fluxo de exportação de produtos brasileiros à África, com destaque ao ano de 2008, segundo dados do Ministério da Indústria e Comercio Exterior. Como advoga SCHUTZER (2010) nesse quadro político, afirmado pelo viés econômico, o Brasil tem uma posição central de decisor do sistema, elevando sua influência no Atlântico.

Esse tipo de relação é importante, pois atualmente o Atlântico Sul vive um momento de crescente importância no cenário mundial com a reativação de antigos interesses e as recentes descobertas de enormes reservas minerais e petrolíferas e não o bastante tem também sua função comercial importantíssima ao comercio global.

Garanti-lo como sua área de influência é uma forma de manter afastada a influência e tentativa de controle pro países extra-regionais, o que tem estado no centro das preocupações dos países nele envolvido.

É de suma importância nesse contexto também a posição de destaque que o Brasil assume, principalmente após 1994, dentro do MERCOSUL, refletindo por com seguinte no cone sul americano. Segundo VAZ (1999), o Brasil era o país-membro com economia mais sólida e diversificada, e com uma agenda de política externa mais expressiva, e isso o ajudaria a assumir essa posição central dentro do bloco.

O MERCOSUL tem outro papel estratégico, afinal ele representou o estreitamento político-econômico entre os países da América do Sul, principalmente, Brasil e Argentina, de grande importância no cone sul e com uma rivalidade histórica já destacada, e que agora diante do novo paradigma econômico mundial unem-se frente aos desafios de um capitalismo que constantemente sofre ajustes (HARVEY, 2000), mas que nem por isso vêem-se o fim das rivalidades herdadas.

Dentre essas uniões destaca-se também o papel no BRIC, numa fase que JAGUARIBE (2005) destaca ser do empenho brasileiro, diante da sua identidade de um país em desenvolvimento, pretende assumir uma rede de “terceiro-mundismo”, seria uma lógica de estabelecimento de “alianças flexíveis nas instituições globais” (FLEMES, 2010), que ascende no contexto de uma nova ordem mundial, não mais bipolar, que a ascensão de novas potências.

Nesse sentido Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) ganhando crescente destaque na economia global estabelecem esse tipo de relação com intuito de ganhar força frente a concorrência exercida pelos representantes já tradicionais como a União Européia.

Essa aproximação provoca uma diversificação da agenda político-econômica brasileira verificada por FLEMES (2010), que tem proporcionado o estreitamento de relações com os outros países do BRIC, além de outros países emergentes (África do Sul, Tigres Asiáticos e países membros e convidados do MERCOSUL).

Percebe-se então que em um mundo globalizado e com expressivas mudanças econômicas, as prioridades da política externa brasileira passam a ser focadas não apenas em países, mas também nos principais blocos econômicos, e sobre tal fato LESSA constata:

“A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente” (LESSA apud VAZ, pp. 4)

4. Um Mundo Poroso em Movimento: A Questão dos Brasiguaios e o Tráfico de Drogas e Armas nas Fronteiras Brasileiras.

Diante dessa nova lógica mercadológica determinada principalmente pelos fluxos, sejam eles: de pessoas, mercadorias, financeiras, culturais planejando-se desse modo um território cada vez mais fluído e poroso.

No caso brasileiro aprofunda-se essa relação entre território e mercado externo, segundo ARROYO (2005), em 1990, o que tem resultado em um alargamento da base material e no aprimoramento da base normativo-institucional relacionada a regulação de toda essa movimentação.

Para facilitar a circulação, o intercâmbio, a movimentação constante modernizam-se as bases materiais deste território com intuito de otimizar a circulação. Portos, aeroportos e rodovias são modernizados, conformando um aparato que aliado à liberalização do comércio em 1990 faz com que seja garantida e comporte a constante necessidade de aumento do fluxo de mercadorias para garantir uma diplomacia econômica e política em âmbito mundial.

Porém apesar de se tentar essa porosidade não é seletiva. Mesmo diante de uma rígida fiscalização todo esse aparato desenvolvido facilita e rende cada vez mais lucro ao mercado ilegal: seja ele no contrabando de pirateados dos mais diversos tipos e gêneros de produtos, ao contrabando de drogas e armas.

Segundo dados do relatório da Polícia Federal de 2008, cerca de 7.792 armas contrabandeadas foram apreendidas em área fronteiriça brasileira, podendo o número ser superior já que nem todas as delegacias informam o número de apreensões para o cadastro nacional.

Pelo menos 17 cidades da “fronteira seca” brasileira foram identificadas como porta de entrada de armas contrabandeadas no Brasil, o estado com maior número é Mato Grosso do Sul com 7. Aliado a estas cidades, também conta-se com a vulnerabilidade dos Portos de Santos (SP), Sepetiba (RJ) e Paranaguá (PR) além do Lago de Itaipu.

Através dos mais de 11 mil km de fronteira as drogas e armas atravessam os países limítrofes em direção ao Brasil, devido a sua extensão territorial, a fiscalização se torna muito difícil. Esses fluxos ocorrem em maior proporção na região Norte, embora exista a integração da área, resultado do esforço desde antes da década de 70 para se unir ao território, ela é a maior área, e assim mais fácil de atravessar devido a floresta, sendo mais difícil a fiscalização.

As armas abastecem os bandidos nas cidades brasileiras gerando graves problemas de violência no país. Já as drogas são revendidas no próprio país ou são “exportadas” depois de serem refinadas.

O problema do fluxo de drogas se torna não apenas regional, ou entre cidades fronteiriças se torna global, atingindo Europa e América do Norte, principalmente. E se torna preciso medidas enérgicas para contar os fluxos. Um exemplo da associação desses dois fluxos foi o corrido em novembro de 2010 na cidade do Rio de Janeiro, no qual houve um enfrentamento do poder paralelo, que comanda o tráfico de drogas com o Estado, mostrando a força que essas organizações possuem, alimentada por todo esse ciclo ilícito.

A união dos governos estaduais com os nacionais e internacionais, se torna de vital importância na tentativa de romper com esse fluxo porque esse problema afeta diversas escalas tanto do local até o global, gerando graves dificuldades sociais. E, portanto, tem que haver a integração dessas escalas para combater essa ilegalidade, rompendo com a fluidez e porosidade territorial, que nesse caso são usadas de forma negativa por alguns grupos.

Segundo especialistas e a inteligência da Polícia Federal existe uma íntima relação entre o tráfico de armas e drogas e as facções criminosas dos grandes centros urbanos, como do Rio de Janeiro e São Paulo, à medida que esse seria o destino desses “produtos”, ou seja, estes seriam abastecidos por armas e drogas, principalmente vindas de fora do país que os auxiliariam na manutenção dessa mega estrutura que é o crime organizado.

Para CASTRO *apud* ALBUQUERQUE (2010) esse fenômeno tem íntima relação com o desenvolvimento e expansão das filosofias pós-modernas, que propõem a desconstrução radical de todas as formas de poder e desvela sua ausência total de conteúdo político prático. Para a autora:

“As filosofias pós- modernas, exagerando na defesa das liberdades individuais em detrimento do pólo comunitário em bases territoriais extra-locais, fazem exatamente o jogo das corporações empresariais transnacionais e de organizações não-governamentais (ONGs), todas fragmentando e anulando as possibilidades de reengenharias político-sociais profundas dos sistemas de poder. **Gerando como efeito, por exemplo, o controle violento de grupos de traficantes em comunidades urbanas brasileiras, que anunciam na nossa sociedade os perigos do solapamento das instituições públicas e do ideal republicano.**” (CASTRO, sem data *apud* ALBUQUERQUE, 2010, pp. 72).

Dessa maneira, pode-se estabelecer primeiramente uma correlação existente entre a situação de caos urbano vivenciado na cidade do Rio de Janeiro, nas últimas semanas de

Novembro de 2010 com a porosidade e fluidez territorial brasileira, que não possui uma seletividade tão adequada, deixando estabelecer-se um fluxo ilegal que promoveria uma retroalimentação de todo esse sistema.

Mas vale ser lembrado também, que é um reducionismo muito pertinente atribuir culpa somente a esse fator, sendo que também esta na base de todo esse processo a forma desigual e injusta com que as cidades são construídas, verdadeiras causas, efeitos e produtos da lógica capitalista e conseqüentemente da desigualdade inerente à ele, se refletindo na falta de oportunidade dos marginalizados, seja oportunidade à educação, saúde, saneamento, emprego.

Outra correlação que se estabelece é entre produtiva associação entre a nova geopolítica presente no mundo e no Brasil, e a reorganização, redistribuição do poder, defendido pela geógrafa Iná Elias de Castro para a produção das situações violência que o Rio de Janeiro e o Brasil tem vivenciado, permitindo em todo esse contexto uma territorialização do crime, afinal como defende SOUZA (2008):

“A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor. No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional.” (SOUZA, 2008, p.: 81)

E dessa forma, território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações, sejam elas: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou ainda uma coletividade exercem o seu poder, nesse caso os grupos ilegais ou facções criminosas, já que o Estado se vê esvaziado dele em relação a esses espaços, permitindo a conformação de territórios ilegais.

Mas mesmo diante dessa crescente onipotência, gradual perda de poder por parte do Estado-Nacional em função da lógica neoliberal adotada no mundo, Castro (2009) argumenta que:

“O estado tornou-se um aparelho operacional em processos cada vez mais próprios e definidos de acordo com objetivos concretos, como: a paz interna do país, a eliminação do conflito social, a normatização das relações de força através do exercito monopolístico do poder. É este o caráter essencial desse novo Estado, incluindo o plano institucional e organizativo” (CASTRO, 2009, p.: 87 e 88)

Diante disto, compreendem-se as rápidas repostas dadas pelo governo brasileiro diante do fenômeno citado de Novembro de 2010 na cidade do Rio de Janeiro, segundo informações do portal de notícias G1, das organizações Globo, ao qual se destacam: i) Iniciativa do governo brasileiro em estabelecer um acordo para o combate de crime nas fronteiras, entre eles o contrabando e ii) o pedido diplomático brasileiro de autorização para filmar a produção de droga dos países vizinhos: Paraguai, Uruguai, Bolívia e Colômbia, com a nova aquisição do governo brasileiro, o Vant (Veículo aéreo não tripulado).

Como defendido anteriormente além de um período de fluxo de coisas e bem, vemos intensificado o fluxo de pessoas, principalmente norteadas pelo interesse financeiro, o famoso clichê das “melhores condições de vida”, marcando dessa forma um mundo poroso e que esta constantemente em movimento o que proporciona processos de reespecializações até mesmo a territorialização de novos espaços, como o Acre em 1903.

Atualmente existem outras questões em destaque que ocupam a agenda geopolítica brasileira, e o importante a se analisar é justamente a forte associação que essa dinâmica sócio-espacial guarda com o viés econômico, como na questão dos Brasiguaios, reafirmando então o novo paradigma defendido por GUICHONNET e RAFFESTIN (1974) *apud* COSTA (1992), ou seja, o dinamismo econômico esta, de algum modo, substituindo o dinamismo político.

A questão dos Brasiguaios tem início da década de 1960, momento em que há a necessidade de mão-de-obra barata e especializada para o desenvolvimento da agricultura paraguaia. Do lado brasileiro, há o interesse em produzir manobras políticas, uma verdadeira “pressão política”, devido aos acordos da Usina de Itaipu, em uma tentativa então de estabelecer influência no Paraguai. Constroem-se a partir desse jogo de interesses uma “vontade” de emigração, essa a população brasileira vivendo no país fronteiriço se torna uma política importante, segundo WAGNER (1990).

No final da década de 60, o esquema publicitário e políticas de incentivos mudam e se redireciona o interesse em uma nova mão-de-obra, a proveniente do Sul do Brasil, com o costume da plantação de Soja e Algodão. O governo paraguaio acreditava na força dos alemães e dos descendentes de alemães provenientes do Sul do Brasil para dinamizar sua economia. A existência de uma comunidade no Alto Paraná (Paraguai), conhecida como “Esquina Gaúcha”, mostra a força das redes sociais estabelecidas entre ambos os países em sua faixa fronteiriça, refletindo, portanto a influência que a população brasileira tem dentro do território fronteiriço.

Nos anos 70 começaram os fazendeiros brasiguaios estavam vendendo a preços muito baixos a soja na época da colheita e na contramão o Estado Paraguaio não tinha planos de “cobertura” dos agricultores brasileiros. Com cerca de 10% da população paraguaia constituída de brasileiros, os conflitos começam a aumentar e o governo militar paraguaio começa a enrijecer a fiscalização exigindo os documentos de emigração dos brasileiros, os quais muitos não tinham.

Nesse contexto, se aproveitando da nova posição do governo Paraguaio, os camponeses deste país retomam as suas antigas áreas, aquelas lhes foi tomada para “dar lugar” aos imigrantes, e exigem/tomam a posse das suas antigas terras. Segundo WAGNER (1990): “O campesinato paraguaio que haviam sido expulsos na década de 60, voltaram ao Alto Paraná e começaram a invadir as terras que eram suas. (...)” (WAGNER, 1990, p. 18). Isto se traduz em uma migração de retorno de milhares de brasileiros fugindo da repressão do governo militar paraguaio, acarretando agora internamente no Brasil conflitos de interesses naquelas regiões em que esses migrantes se instalaram.

No final da década de 1970 e início da de 1980 é a época do milagre econômico paraguaio (WAGNER, 1990), há investimentos na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que aliviaram as pressões, absorvendo grande quantidade de mão-de-obra, portanto amenizando o problema criado com a invasão de terras dos brasileiros pelos campesinatos paraguaios. Mas com o fim das obras voltam à tona as tensões agrárias no Paraguai, só que desta vez intensificadas devido à maior demanda de mão-de-obra que a construção da Usina necessitava.

Em 1986, aumenta os migrantes de retorno devido à estabilização da economia nacional com o Plano Cruzado e pelo governo brasileiro por em prática o “acanhado” plano de reforma agrária. Aos brasiguaios que resolveram ficar no Paraguai, uma das medidas adotadas para sobrevivência foi o contrabando da soja, que ocorre a partir de atravessadores que trazem a soja para o Brasil, o proprietário Paraguai chega receber até 50% a mais do preço que venderia no país.

Atualmente, os brasiguaios mantêm grande vínculo com o Brasil, não só através das redes sociais estabelecidas ao longo desse tempo, mas também a rede televisão contribui para isso à medida que passam novelas e telejornais brasileiros, ajudando então na manutenção de uma forte ligação destes com o território brasileiro.

Além disso, 2004, o governo Paraguaio, tentando impedir a maior presença dos brasileiros, cria uma lei restringindo a compra de imóveis rurais para estrangeiros dos países limítrofes, ou seja, em uma faixa de 50 km. Contudo mesmo com essa permanente restrição, em 2005, existiam cerca de 4 prefeitos brasiguaios em pequenas cidades fronteiriças e vários vereadores nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyu.

5. Considerações Finais

Vemos então que “de território onde todos se encontram o espaço, com as novas tecnologias, adquiriu novas características para se tornar um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.” (SANTOS, 2002).

E no que tange o assunto mostra-se importante considerar o processo de construção e intensificação das desigualdades que se funda primeiramente em uma questão chave que paira sobre o território: “*quem domina ou influência e como domina ou influência esse espaço?*” (SOUZA, 2008) ou então como em CASTRO (2007), “*a quem interessa as instituições políticas e as prerrogativas que elas detêm de fundarem espaços políticos*”, desse modo vemos uma preocupação, não só nesses autores, mas em outros, que também é importante se questionar não apenas COMO, QUANDO ou ONDE, Mas também sobre o QUEM, ou seja os atores que estão configurando, reformulando e reespecializando as práticas territoriais.

Afinal, tomando o território como produto histórico do trabalho humano, os agentes sociais são de extrema importância para entender as dinâmicas que ocorrem nessa época, e que tem se mostrado concentrado sob o domínio dos mais diversos atores: sejam eles a ainda dominante elite canavieira no Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1994), os grupos criminosos nos

centros urbanos brasileiros ou as grandes e modernas multinacionais que se relacionam com o espaço produzindo novas dinâmicas não só econômicas, mas também políticas, sociais e ambientais.

6. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, E. S. de – *A Geopolítica da dependência como estratégia brasileira de inserção no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Revista OKOS, 2010.
- ANDRADE, M.C. de - *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- ARROYO, M. – Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental in *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. SILVEIRA, M. L (org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- BECKER, B. - *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
- CARVALHO, R. de G. - *Amazônia Azul e o Submarino Nuclear*. Dez. 2004. Disponível em:<[HTTP://www.forumdefesa.com/forum/viewtopic.hph?p=15918&sid=c175ba538f6e43d466940d09675064b0](http://www.forumdefesa.com/forum/viewtopic.hph?p=15918&sid=c175ba538f6e43d466940d09675064b0)>. Acesso: em 29 jun. 2008
- CASTRO, I. E. *Geografia e Política* – Rio de Janeiro: Berthrand, 2008.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COSTA, W. M. da – *Geografia política e Geopolíticas: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: HUCITEC, 1992
- DIEESE. - *Nota técnica: o Brasil, a Bolívia e o gás*. 2006
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Amma Blue, 2005.
- MARTIN, A.R. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- BRASIL – *Relatório da Polícia Federal*, 2008.
- SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. 17. Rio de Janeiro: Afiliada, 2008.
- OLIVEIRA, T. C. M. de (org) – *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.
- SHUTZER, H. – *Um novo caminho para a geopolítica do Brasil: A África Subssariana*. São Paulo: FESPSP, 2010.
- TEIXEIRA, M. V e ANSELMO, R. C. M. S – *As expectativas brasileiras para o Atlântico Sul para o século XXI: Geopolítica e desenvolvimento tecnológico* IN: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre 2010.
- VESENTINI, J. W. – *Novas geopolíticas: As representações do século XXI*. São Paulo: CONTEXTO, 2004.
- VIDIGAL, Armando A. F. et al. - *Amazônia azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- WAGNER, C. - *BRASIGUAÍOS: Homens Sem Pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- Site Consultado:
www.g1.globo.com , <acessado em 28 de Novembro de 2010>